

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA	20 Jun 75



Um aspecto da mesa-redonda sobre Acção Social promovida pela Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais, quando usava da palavra a eng.ª Maria de Lourdes Pintassilgo



M.A.S!

A NOSSA REVOLUÇÃO ESTÁ ABERTA PARA O FUTURO E É SOLIDÁRIA DE OUTROS HOMENS E EXPERIÊNCIAS

— disse Lourdes Pintassilgo esta manhã, na Fundação Gulbenkian

As perspectivas da política social entre nós à luz da situação posterior ao 25 de Abril, caracterizada como uma situação revolucionária e aberta para o futuro, foram largamente abordadas pelo ministro dos Assuntos Sociais, Maria de Lourdes Pintassilgo, na abertura da Mesa redonda sobre Administração Social, organizada pela Revisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais de Portugal.

A sessão de abertura que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian estiveram ainda, presentes os secretários de Estado da Segurança Social, Henrique Santa Clara Gomes, e da Saúde, Carlos Cruz de Oliveira, para além das participantes nacionais e estrangeiras.

Lourdes Pintassilgo começou por se debruçar largamente sobre a situação portuguesa, referindo como elementos caracterizadores a multiplicidade dos acontecimentos e a velocidade com que se desenrolam. «A nossa revolução é uma revolução aberta para o futuro e não procuramos modelos, mas na nossa procura duma via própria somos solidários de outros homens e de outras experiências» referiu a este propósito a ministra que depois caracterizaria a via portuguesa como socializante, descentralizadora e assente numa dialéctica permanente de acção.

Lourdes Pintassilgo abordou seguidamente a caracterização da política social salientando a necessidade de realismo nesse domínio e de não cair na crença mítica do aumento do Produto Nacional Bruto. «Estamos fartos de uma experiência de 4 planos de desenvolvimento em que a política social não teve qualquer lugar na hierarquia».

Prosseguindo na análise da situação portuguesa, a ministra referiu-se à persistência de estruturas extremamente retrógradas que qualificou de feudais e estas estruturas persistem não só nos campos, mas nas cidades e até nos escritórios.

«Do ponto de vista do enquadramento político, podemos dizer que está tudo a nosso favor. Temos de derrubar a antiga ordem e as suas estruturas; temos de construir novas estruturas; temos, sobretudo, de atender às necessidades essenciais do Povo», referiu a seguir a ministra que salientou que «a revolução tem que ser ruptura para poder libertar novas energias e só com o dinamismo da imaginação poderá ser

instaurado qualquer coisa de novo».

Dificuldades em todo este processo, são para Lourdes Pintassilgo, para além das mentalidades pedagógicas, as estruturas do aparelho de Estado, que tem grande dificuldade em criar novas realidades.

A PESSOA - SUJEITO DA POLÍTICA SOCIAL

«Na lei constitucional que nos rege após o 25 de Abril, a política social deve, por um lado, ter como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras». Por outro lado, ele também tem que ter como objectivo essencial «a melhoria progressiva mas acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses».

Importa sublinhar que, nesta óptica, são as necessidades concretas das pessoas que estão em jogo, é a pessoa humana que constitui o «sujeito» desta política e que portanto, se encontra ultrapassado o conceito de um estado omnipotente e omnipotente onde tudo sai e para onde tudo volta num ciclo infernal de burocracia e de técnica, desprovido de sentimento humano».

Salientando, seguidamente, a necessidade de dar primazia na política social às necessidades sociais colectivas, Lourdes Pintassilgo referiu-se às dificuldades de conjugar essa necessidade com a necessidade de satisfação de objectivos quantitativos.

PELA PRIMEIRA VEZ EM 25 ANOS

Falou, em seguida, o representante do secretário-geral das Nações Unidas, Eyvind Hytten, chefe do Programa Europeu de Desenvolvimento que começou por referir que se tratava de uma reunião praticamente improvisada e que o facto de ter sido aceite a sua realização significa o interesse da O. N. U. pelo nosso país.

«Trata-se da primeira reu-

nião que fazemos em Portugal e em colaboração com o Governo Português em 25 anos de actividade e estamos muito satisfeitos com este facto», salientou Hytten, que a seguir

referiu ser um desafio para todos os participantes ultrapassar o plano da discussão teórica e estudar os aspectos muito concretos da situação portuguesa.

o Futuro